

A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Ronaldo Alves dos Santos¹; Tatiane Novaes dos Santos²; Marcia Regina Zemella Luccas³

1. Estudante do curso de Pedagogia; e-mail: santosronaldo.966a@gmail.com
2. Estudante do curso de Pedagogia; e-mail: tatianenovaes2803@gmail.com
3. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: marcialuccas@umc.br

Área do conhecimento: **Educação**

Palavras-chaves: Alfabetização; letramento; síndrome de Down; inclusão; desenvolvimento cognitivo.

INTRODUÇÃO

A constituição brasileira de 1988, aponta a educação como uma das condições mínimas para uma sociedade mais justa, como a nossa é agrafa, compreende-se que o registro escrito é fundamental, portanto, uma pessoa alfabetizada sente-se pertencente quando, tem acesso e condições de obter informações e conhecimentos. Nessa perspectiva, focamos na alfabetização da criança com síndrome de Down, que deverá enfrentar maiores dificuldades para alcançá-la.

OBJETIVO

Refletir sobre o percurso do desenvolvimento cognitivo e processos de aquisição de conhecimentos, identificando as dificuldades e principalmente as possibilidades existentes no processo de alfabetização da criança com síndrome de Down.

METODOLOGIA

Levantamos por meio de pesquisas bibliográficas, dados sobre à alfabetização de crianças com síndrome de Down e para isso levantamos os seguintes questionamentos: Como o desenvolvimento cognitivo da criança com síndrome de Down se processa? Como essa criança pode ser alfabetizada? E, qual a importância da estimulação na primeira infância para essa aprendizagem e desenvolvimento desse sujeito?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A alfabetização é o instrumento que possibilita aos integrantes de uma sociedade o sentido de pertencimento, este foi o objeto de pesquisa que utilizamos, com um olhar voltado às crianças com síndrome de Down, ao realizamos uma análise da historicidade da Educação Especial brasileira, podemos afirmar, que ela foi marcada por um viés assistencialista desde o império, e sua visão foi modificada somente quando entrou em vigência a Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, em que houve a proposta de modificação do tipo de atendimento, passando do paradigma de segregação para o paradigma da inclusão o que garantiu que as pessoas com deficiência passassem a estudar na escola regular. O historicismo da deficiência demonstra que por séculos os deficientes viveram segregados, mas em 1948 a Declaração dos Direitos Humanos aponta um caminho diferente, anunciando uma mudança na forma de pensar nessas pessoas quando torna oficial que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” (ONU, 1948, p. 2). Muitos anos depois, a Declaração de Salamanca (1994, p.3) veio reafirmar

a Declaração sobre Educação para Todos, destacando o direito a equidade para todos. Esse foi um marco de grandes transformações em nossa sociedade como a modificação da visão de educação especial segregada, para um sistema geral de ensino, dando a possibilidade de as crianças desenvolverem-se na sua integralidade na escola regular. A educação busca o desenvolvimento dos seres humanos por meio da aprendizagem. Uma das teorias consideradas é a teoria piagetiana que propõe que as crianças passam por estágios de desenvolvimento, citado por Bock, Furtado e Teixeira (2008, p.117 – 125) as crianças passam pelos estágios, Sensório-motor (0 - 02 anos), Pré-operatório (02 - 07 anos), Operações Concretas (07 - 11 anos) e Operações Formais (11 anos ou mais). As crianças vão se desenvolvendo de acordo com cada fase e no período pré-operatório, elas iniciam o processo de letramento e alfabetização. Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que antes da criança chegar à escola já trazem consigo um conhecimento prévio sobre a leitura e escrita, este fato acontece, pois, convivem em um ambiente letrado, cabendo ao educador reconhecer essas aprendizagens e utilizá-las como ponto de partida no processo educativo. A criança com SD enfrenta muitas dificuldades nos processos de alfabetização e letramento, no entanto, consideramos como essencial a estimulação precoce e contínua e que deve ter um aumento gradativo na complexidade das atividades, pois de acordo com Martins (2002, p. 40) para que o sujeito com SD venha se desenvolver de modo integral o indivíduo “deve ser estimulado a partir do concreto, sem pular etapas, necessitando de instruções visuais e situações reais para que consolide suas aquisições” É imprescindível que o educador analise os diversos fatores que irão influenciar de forma benéfica a assimilação do sujeito. Toda criança que está sendo alfabetizada, passa pelos níveis, (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético), e Emília Ferreiro (1989, p. 9-10) aponta que eles vão se sucedendo até alcançarem a escrita alfabética. Em meados de 1980 foi reconhecida a necessidade de haver no processo de alfabetização, a integração das práticas sociais da leitura e escrita, definidas como letramento. Esse processo pode ser considerado como o momento em que um indivíduo entra em contato com revistas, cartas, placas de rua, entre outros elementos escritos e, que mesmo sem compreender os sistemas alfabéticos e ortográficos, vai se conscientizando da importância desses objetos no convívio em sociedade. Quando a criança avança no processo de alfabetização ela começa a perceber que há uma relação entre fala e escrita, reproduzindo suas hipóteses no papel, este é o momento em que o educador deve intervir fazendo-a refletir, sem identificar o “erro”, mas percebendo a maneira correta de representação das letras. De acordo com o que propõe Soares (2017, p.17) quando alguém está no processo de aprendizagem da escrita, ao mesmo tempo entende e dá significado a representação gráfica do som, porém, quando vai fazer uma leitura ele precisa compreender a mecânica da língua e decodificar o código escrito em língua oral, após desenvolver estas habilidades, o sujeito será capaz de ler e escrever, entendendo o contexto das palavras. Cabe lembrar que cada sujeito é único e os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e emocionais interferem na sua alfabetização. A criança com síndrome de Down também é acometida da deficiência intelectual que dificulta sua compreensão, por esse motivo consideramos que um trabalho na perspectiva multissensorial seja uma ótima alternativa para propiciar sua assimilação, pois utilizará diferentes canais sensoriais simultaneamente com um único objetivo de aprendizagem. Consideramos que o desenvolvimento do sujeito com SD seja semelhante ao indivíduo típico, contudo o processo de aprendizagem não irá acontecer da mesma forma ou no mesmo tempo. Cabe então à escola pensar em um ambiente que promova a superação de dificuldades, com uma metodologia permeada no lúdico e que contribua para associação de fonemas, grafemas e imagens, promovendo assim uma aprendizagem efetiva. É fundamental que o docente leve em consideração os conhecimentos prévios do educando, assim como conhecer suas dificuldades e dessa forma contextualizar com o ensino e analisando quais os melhores métodos para superação de barreiras, outro elemento importante, é compreender que cada sujeito possui características e meios únicos para aquisição de conhecimento, mesmo quando duas crianças, possuem a mesma deficiência. [...] Emília Ferreiro observa que: “O desenvolvimento da alfabetização

ocorre, sem dúvida em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais não são recebidas passivamente pelas crianças. ” (FERREIRO, 1996, p.31). Fica claro que uma criança aprende convivendo com o outro e as práticas biosocioeducacionais, ajudam-no a desenvolver e alcançar aquilo que é inerente a sua faixa etária, como explicita a teoria piagetiana, porém, quando comparamos a diferença no desenvolvimento da criança com deficiência e a típica, entendemos que a primeira segue as mesmas fases, porém em um período mais lento, fazendo com que ela tenha uma diminuição gradual no desenvolvimento cognitivo. Todo educador deve ter um olhar visionário, enxergando quais habilidades podem ser desenvolvidas nas crianças, Fonseca (1995, p.107) aponta que: “Nenhuma criança é ineducável” compreendendo isso o professor deve afastar-se de qualquer tipo de preconceções, fazendo-as participarem da alfabetização umas das outras e acreditando que são capazes de alcançarem a aprendizagem.

CONCLUSÃO

Consideramos que a alfabetização de uma criança com SD, não é muito diferente da típica e um fator essencial para seu desenvolvimento é a estimulação na primeira infância, junto a uma abordagem multissensorial que acreditamos ser uma das melhores opções para a superação dos obstáculos biológicos, cognitivos e sociais enfrentados por esse grupo de pessoas. O trabalho com a alfabetização da criança com a síndrome de Down, deve estar pautado nas suas potencialidades e não nas dificuldades, buscando sempre a aplicação de metodologias que rompam com as práticas escolares tradicionais da leitura e escrita. Logo, o caminho da alfabetização demonstra ser um trabalho, árduo, contínuo e que deve ser trilhado com objetividade em todas as etapas do desenvolvimento da criança esperando o tempo certo para que a criança tenha um desenvolvimento cognitivo preparado para a aprendizagem. Em vista disso, é cabível lembrar que, não depende somente do professor, mas sim de um trabalho em conjunto entre todos aqueles que estão envolvidos nos processos de alfabetização desse aluno: a família, escola, corpo docente e discente.

REFERÊNCIAS

BOCK, Anna M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14^o ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologiasumaintroduc3a7c3a30-p.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONSECA, V. da. **Educação especial: programa de estimulação precoce**, Uma introdução às ideias de Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

LEMLE, Miriam. **Guia Teórico do Alfabetizador**, 17.ed. São Paulo: Ática, 2009.

MARTINS, L. de A. R. **A inclusão escolar do portador da Síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal: EDUFRN, 2002.

SAAD, Suad N. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down**, Suad Nader Saad. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2003.

SCHWARTZMAN, José S. **Síndrome de Down. 2 ed.** São Paulo, Memnon, Mackenzie, 2003.

SOARES, Magda, **Letramento e Alfabetização: As muitas facetas. 7ªed., 1ª reimpressão - SÃO PAULO: Contexto, 2017**

WUO, Andréa. **A construção social da Síndrome de Down**, São Paulo, 2006, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cap/v6n11/v6n11a02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela realização desse projeto, e a nossa orientadora Ms. Márcia Regina Zemella Luccas, que com carinho e dedicação nos auxiliou em todas etapas dessa pesquisa, aos professores do nosso curso de Pedagogia, aos nossos familiares e amigos que sempre acreditaram na nossa capacidade e nos incentivaram a tornar esse sonho possível, por fim agradecemos especialmente a todas as pessoas com síndrome de Down que despertaram em nós o desejo por essa pesquisa.